



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

- Estado do Pará -

Legislatura 2017/2018

Rua Rui Barbosa, nº 401, Cidade Alta – 68220-000 – Email: camaradevereadoresmta@hotmail.com

ATA DA 9<sup>a</sup> (NONA) REUNIÃO  
ORDINÁRIA DO 2<sup>o</sup> (SEGUNDO)  
PERÍODO LEGISLATIVO DA 21<sup>a</sup>  
(VIGÉSIMA PRIMEIRA) LEGISLATURA  
DA CÂMARA MUNICIPAL DE MONTE  
ALEGRE, ESTADO DO PARÁ,  
REALIZADA NO DIA 18 (DEZOITO)  
DE SETEMBRO DE 2017 (DOIS MIL E  
DEZESSETE).

Aos 18 (DEZOITO) dias do mês de setembro do ano de 2017 (dois mil e dezessete), às 19:00 horas no Prédio da Câmara Municipal, Palácio Vereador Eduardo Corrêa, sito à Rua Rui Barbosa, nº 401, bairro de Cidade Alta, sob a direção da senhora Presidente **Franceane Jardina de Vasconelos**, que após verificar e constatar haver o número legal de vereadores, declarou aberta a Sessão pedindo à Deus inspiração para que possam fazer o correto e o justo pelo Município de Monte Alegre. Essa sessão foi secretariada pelos vereadores: **Givanildo Pereira da Silva**, Primeiro Secretário, e **Manoel Dantas Vieira**, Segundo Secretário. Estavam presentes os vereadores: **1)** Alex Diego Gama da Costa; **2)** Jair Alves de Oliveira; **3)** João Batista Lopes de Oliveira; **4)** Madson Francisco da Cruz Pereira; **5)**

Leonardo Albarado Cordeiro; **6)** Jean Carlos Silva Vasconcelos; **7)** Valdomiro da Silva Pinto. Deixaram de comparecer os seguintes vereadores: **1)** Lúcia Maria dos Santos Braga; **2)** João Tomé Filho; **3)** Marinete Macêdo; **4)** Jorge Luis de Andrade Tavares; **5)** Aldenor Sales Coutinho;.

Dando continuidade a Senhora Presidente pediu ao Primeiro Secretário que fizesse a leitura da ata da sessão anterior, que após ser lida e discutida foi **APROVADA POR UNANIMIDADE**. Prosseguindo, a Senhora Presidente solicitou que o Primeiro Secretário fizesse a leitura dos Expedientes em mesa: **Solicitação de Licença - Vereadora Lúcia Braga; Ofício nº 226/2017 - GIGOVTR; Ofício nº 227/2017 - GIGOVTR; Ofício nº 228/2017 - GIGOVTR; Ofício nº 229/2017 - GIGOVTR; Ofício nº 230/2017 - GIGOVTR; Ofício nº 231/2017 - GIGOVTR; Comunicados CM/2017 - Ministério da Educação Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - Presidência - dispõem sobre recursos financeiros destinados a garantir a execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.** Não havendo mais expedientes a serem lidos, a Senhora Presidente passou para a primeira parte da ordem do dia, convidando os vereadores inscritos a se pronunciarem. Pronunciou-se o senhor vereador **Jean Vasconcelos**, saudou a todos os presentes, comentou sobre audiência ocorrida anteriormente e disse que a exploração de madeira não deixou nada de positivo para o município até o momento, e que a região de Serra Azul é uma região que é muito produtiva e que o município precisa muito, portanto tem de ter mais atenção, mencionou momento em que houve impossibilidade de fornecimento de produção da Serra Azul por alguns dias para o município e a falta que fez às

feiras municipais que todos lembram o impacto, o reflexo de uma região produtiva em isolamento total, citou que a agricultura é diferente da pecuária, pois os bois podem ser colocados no campo se houver pasto para que comam, pode ser feito um semi-confinamento, mas não tem como deixar na árvore um fruto que está no período de colheita e fase de maturação, assim como verduras e legumes, depois de colhidos precisam ser comercializados e consumidos. Citou o período em que as empresas faziam o transporte das toras de madeira sentia vontade de que a PA423 fosse bloqueada para que não passassem e assim chegasse ao estado a indignação com a situação de descaso que se enfrenta, disse que não se pode tratar uma questão séria como se fosse brincadeira. Ressaltou que Monte Alegre é o principal município produtor da margem esquerda do Rio Amazonas, o maior e melhor rebanho pecuário dessa região e não há estradas para o transporte de carga viva, não há estradas para transporte da produção e assim não pode ser falado em desenvolvimento se o que mantém o município é o setor agropecuário, citou que o grande empregador do município é a prefeitura e hoje só se entra lá através de concursos públicos que é o que preconiza a constituição federal. Comentou que a região de Serra Azul foi a última a iniciar o período letivo, em junho, último mês do primeiro semestre e isso é preocupante e merece atenção. Apresentou requerimento solicitando **o resgate de madeiras desviadas para serem beneficiadas e utilizadas de forma comunitária na construção e recuperação de pontes em ramais de diversas comunidades no interior**. Agradeceu o apoio da Presidente da casa e elogiou a coragem e persistência do Sr. Reinaldo em prol do caso e

posicionamento na audiência. Falou sobre matéria do Orçamento Impositivo e a importância para que os vereadores tenham mais empoderamento para auxiliar na execução de ações para as comunidades, como postos de saúde entre outros. Pronunciou-se o senhor vereador **Leonardo Albarado**, não apresentou matéria, comentou sobre compromisso no dia posterior na comunidade de Boa Esperança e se ausentará na próxima sessão. Falou sobre requerimento apresentado e assinado por si e pelo vereador Manoel Dantas, que solicitava reparos para a Escola e Posto de saúde da comunidade de Várzea Sapucaia, que foi atendido e agradeceu ao Prefeito municipal e Secretaria de Obras pelo atendimento e apoio na execução da solicitação. Pronunciou-se o senhor vereador **Jair Paraná**, saudou a todos os presentes, comentou sobre a matéria apresentada pelo vereador Jean sobre as madeiras encontradas, qual também assina, agradeceu pelo empenho e trabalho na audiência pública sobre a concessão de exploração de madeira na Flota Paru, relatou repudiou à ausência dos Sindicatos na Audiência, pois demonstra a falta de compromisso com os trabalhadores. Parabenizou o Sr. Reinaldo, Presidente da Associação Comunitária da Serra Azul, pelo posicionamento na audiência, de falar a verdade e a necessidade de sua comunidade. Lamentou a ausência das outras empresas madeireiras que faltaram, relatou que todas foram comunicadas, pois acompanhou o trabalho de comunicação da secretaria da Casa em notificar todas as empresas e os principais interessados. Agradeceu aos colegas vereadores pela participação e disse que o primeiro passo foi dado, parabenizou o Sr. Robson da empresa RRX pela presença e esclarecimentos na audiência,

e quanto as outras empresas quando iniciarem seus trabalhos serão fiscalizadas pela Câmara, pois têm compromisso com o povo, diferente dos sindicatos que não tem, pois se tivessem teriam comparecido. Continuando, comentou que será cobrado das empresas o beneficiamento de pelo menos 30% da madeira extraída para o município e que façam os reparos nos ramais que são danificados por seus caminhões e máquinas, pois no inverno ficam intrafegáveis. Comentou sobre os mais de seiscentos mil reais mencionados de arrecadação por cinco anos para o município da extração de madeira, que se for feita uma análise de quantos produtores rurais estão com as terras embargadas, não dá nem mil reais para cada um para recorrer, e os sindicatos não vêm a audiência, mas tem sindicatos cobrando dois mil reais para fazer a defesa de um produtor, o que é triste, e os sindicatos deveriam estar na audiência cobrando que as empresas se responsabilizem, mencionou que quando veio uma força tarefa para fiscalizar as empresas, dormiam na empresa e pela manhã estavam na casa de um colono aplicando multas de até cinquenta mil reais, o que é uma vergonha. Ressaltou seu repúdio às autoridades, empresas e sindicatos que não vieram à audiência. Pronunciou-se o senhor vereador **Madson Pereira**, saudou a todos os presentes, comentou sobre a Proposta de Emenda Nº 03/2017, do orçamento impositivo, mencionou que é uma oportunidade que os vereadores terão de ajudar as comunidades que depositaram sua confiança em cada vereador, apresentou informações sobre a Constituição Federal que dá direito às emendas individuais dentro do orçamento, sendo assim, o Deputado Federal tem emendas parlamentares dentro do orçamento da União, o Deputado Estadual tem emendas

parlamentares dentro do orçamento do Estado e a emenda à constituição N°86 de 17 de março de 2015 veio dar o mesmo direito aos vereadores, às Câmaras Municipais. Relatou sobre pesquisas feitas, pediu atenção da Comissão de Constituição e Justiça, relatou que os municípios do Brasil estão regulamentando o orçamento impositivo, os 399 municípios do Paraná levantaram a bandeira junto às Câmaras Municipais para aprovar o Orçamento Impositivo, Belém já tem o Orçamento Impositivo aprovado, assim como Santarém e Oriximiná. Mencionou a importância e a oportunidade que se tem dentro da receita corrente líquida do ano anterior que será aplicado dentro do orçamento do ano posterior. Prosseguindo, comentou que como já foi votada a LDO e será votada a LOA, o Projeto só entrará em vigor em 2019. Mencionou a dotação para a Casa de Apoio em Santarém, que se houvesse o Orçamento Impositivo, vereadores poderiam unir-se em prol da causa, pois o Projeto diz que 50% é destinado para a saúde. Ressaltou que não é um orçamento extra, mas sim uma destinação do próprio orçamento aprovado pelos vereadores, e dentro desse orçamento, 1,2% será de direito do vereador para dar destinação, sendo 0,6% para a saúde. Pediu a reflexão pela causa nobre para regulamentar a emenda. Prosseguindo, justificou a ausência do vereador Aldenor Couutinho. Pronunciou-se o senhor vereador **João Branco**, saudou a todos os presentes, não apresentou matéria, mencionou requerimento anterior com relação a limpeza de ruas e iluminação pública para o bairro de Planalto, que foi atendida em parte e agradeceu a Secretaria de Obras e o Gestor Municipal. Citou UBS iniciada na região de Novo Brasil, qual já foi cobrada a conclusão, até pessoalmente

conversado com o Prefeito, que pediu que fosse dialogado com o Secretário de Saúde que ele teria informações a passar, de que a verba que tinha na conta estava muito longe de concluir a obra, que seria o valor de 172 mil reais, e baseado no valor que ele fez, seria um valor muito maior para a conclusão do trabalho, e segundo ele o Prefeito informou que não havia nenhuma verba para a construção vinda do município. Mencionou conversa com o Deputado Junior Hage, sobre disponibilidade de uma emenda para a conclusão da obra, que se o Prefeito for de acordo, o Deputado dará a emenda. Relatou que conversou com o Prefeito em seguida e ele informou que o que o Secretário de Saúde informou, realmente não tinha dinheiro embasado no que está tendo em caixa na conta e citou vários outros setores e contas que tem dinheiro para destinar para a obra, o que o deixou feliz. Comentou que está passando da hora de ser feita nova licitação para aquela obra, pois o contrato da empresa que iniciou já expirou. Ressaltou a importância do Projeto de Lei do Orçamento Impositivo. Mencionou caso de uma família que passou o drama de lutar pela sobrevivência de uma senhora de 73 anos e elogiou o trabalho dos servidores do hospital em prol da causa, que infelizmente não puderam resgatar aquela vida e se tivesse uma ambulância UTI que a transportasse para Santarém naquela noite, talvez ela tivesse se salvado. Comentou que se houvesse o orçamento impositivo, os vereadores poderiam juntar-se para que fosse comprada a Ambulância UTI equipada para esses casos com parte de sua emenda. Ressaltou que se for aprovada, será um grande presente para o município. Pronunciou-se o senhor vereador **Valdomiro Pinto**, saudou a todos os presentes, não

apresentou matéria, comentou sobre o trabalho unido que tem sido feito na Câmara, com seriedade e transparência e preocupação com o município. Relatou que queria que o povo da cidade viesse à Casa e lamentou ter vindo apenas uma empresa na audiência anterior, mencionou caso das madeiras escondidas e as ações a serem tomadas para resolver o problema da irregularidade que está acontecendo no município. Comentou sobre visita à cidade de Óbidos e conversa com o Prefeito de Óbidos. Mencionou a ideia de uma parceria das prefeituras e câmaras da região da Calha Norte para ir à Belém solicitar o investimento nas estradas. Comentou que o orçamento impositivo será bom para os vereadores direcionarem ações e reiterou seu apoio ao projeto. Parabenizou a Secretária de Assistência Social do Município por ação feita no fim de semana em prol do empreendedorismo. Pronunciou-se o senhor vereador **Alex Cupuzinho**, saudou a todos os presentes, parabenizou o vereador Jorginho pela reeleição na Colônia de Pescadores Z11, mencionou a denúncia apresentada pelo vereador Jean Vasconcelos sobre a madeira desviada e tem certeza de que será feita a investigação e encontrar os verdadeiros culpados e mencionou o benefício que a madeira fará ao município. Apresentou requerimento solicitando **Melhorias na Escola da Comunidade de Santana do Paytuna**. Comentou sobre o Orçamento Impositivo, disse que é um projeto de suma importância e apresentou exemplos de como pode ser aplicada em prol das comunidades, assim como a comunidade de Santana do Paytuna. Pronunciou-se a senhora vereadora **France Vasconcelos**, saudou a todos os presentes, comentou sobre matérias que precisam ser discutidas, que são da questão do Regimento Interno da Casa e citou proposição de



visita à região de Serra Azul para outubro e as cobranças que serão feitas aos órgãos competentes. Mencionou que serão tomadas providências quanto a frequência dos vereadores, que no primeiro semestre foi positiva com 100% das sessões feitas e já há um déficit de 3 sessões nesse semestre e que se percebe que diante de determinadas matérias alguns vereadores estão prejudicando as sessões com as suas ausências. Não havendo mais vereadores a se pronunciar, a senhora Presidente passou para a segunda parte da ordem do dia, colocando as matérias em discussão e votação. Colocou-se em discussão, votação e aprovação o requerimento solicitando **o resgate de madeiras desviadas para serem beneficiadas e utilizadas de forma comunitária na construção e recuperação de pontes em ramais de diversas comunidades no interior**, de autoria dos vereadores **Jean Vasconcelos, Jair Alves, Valdomiro Pinto e Alex Cupuzinho**. Com a palavra, vereador Valdomiro Pinto pediu apoio também ao setor Jurídico da Casa para que fossem tomadas providências urgentes. Com a palavra, vereador Jair Paraná recomendou que a madeira fosse retirada para um pátio seguro até que fosse esclarecida a origem da madeira. Com a palavra, vereador Leonardo comentou que tem que ser feita a denúncia e posteriormente que seja levada a um pátio e que seja feita a investigação. Com a palavra, vereador Jean Vasconcelos comentou que se tem preocupação com um incêndio criminoso sobre a madeira, por este motivo precisa-se de celeridade no caso. Com a palavra, vereador João Branco parabenizou a matéria, recomendou uso da madeira em benefício das pontes. com aparte, vereador Leonardo comentou que poderia ser levado o caso ao ministério público e ser chamado à

responsabilidade. Com a palavra, vereador Alex Cupuzinho comentou que tem certeza que não será difícil o beneficiamento da madeira para o município, que se se unirem pode ocorrer, pois a madeira estava sob custódia do Estado e passou para uma propriedade particular e o Estado não se movimentou. Com aparte, vereador Leonardo comentou que toda tora de madeira apreendida pelo IBAMA ficava sob a responsabilidade de alguém. Com a palavra, a Presidente comentou que serão tomadas providências e mencionou sobre a necessidade da construção e recuperação de pontes no município. O requerimento foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Colocou-se em discussão, votação e aprovação o requerimento solicitando **Melhorias na Escola da Comunidade de Santana do Paytuna**, de autoria do vereador **Alex Cupuzinho**. Com a palavra, a Presidente comentou que a escola referida já foi motivos de muita luta em sua legislatura passada para que providências fossem tomadas e com certeza terá o seu apoio. Com a palavra, vereador Duca Pescador comentou que já solicitou anteriormente, mas que não tem problema que seja colocada novamente e que tem o seu apoio. O requerimento foi **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Colocou-se em 1ª discussão, votação e aprovação o art. 15 do Regimento Interno. O Art. foi **APROVADO POR UNANIMIDADE EM PRIMEIRA VOTAÇÃO**. Colocou-se em 1ª discussão, votação e aprovação o art. 16 do Regimento Interno. O Art. foi **APROVADO POR UNANIMIDADE EM PRIMEIRA VOTAÇÃO**. Não havendo mais nada a tratar na presente Sessão, em nome do Poder Legislativo de Monte Alegre, a Presidente agradeceu a presença de todos, declarando-a encerrada. Lavrou-se, em seguida, a presente ata que após ser lida, discutida e aprovada vai por mim **Givanildo Pereira da Silva**, assinada,

bem como pela Senhora Presidente **Franceane Jardina de Vasconcelos** e pelo segundo secretário em exercício, o vereador **Manoel Dantas Vieira**. Sala das Sessões da Câmara Municipal de Monte Alegre, aos 18 (dezoito) dias do mês de setembro do ano de 2017.